

Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (CEFOR - coordenadora)
Denise Paiva (UFG – consultora externa)

Multipartidarismo e Qualidade da Democracia II

Brasília
2017

Identificação do Projeto

Titulo: Multipartidarismo e Qualidade da Democracia II

Autores:

Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (CEFOR)

<http://lattes.cnpq.br/8090637859440030>

Denise Paiva Ferreira (UFG)

<http://lattes.cnpq.br/0144446693015854>

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo:

- Democracia e Fortalecimento do Parlamento
- Participação e Representação da Sociedade

Prazo: 3 anos

Data: 22 de Fevereiro de 2017

1. Apresentação

A 55º legislatura (2015-2019) trouxe mais um recorde negativo para a democracia brasileira. O Brasil possui o sistema partidário mais fragmentado já registrado na história do índice Número Efetivo de Partidos (EFFns ou NEP) entre os 132 países analisados por Michael Gallagher¹: 13,22, em 2015. Em 2015, o Tribunal Superior Eleitoral registrou o 35º partido brasileiro: o Partido da Mulher Brasileira. Vinte e oito partidos elegeram representantes para a Câmara dos Deputados na última eleição, em 2014. O maior deles (PT) não alcançou 13,26% dos 513 assentos.

Institucionalistas e culturalistas têm diferentes diagnósticos para o multipartidarismo brasileiro. Para os primeiros, o excesso de partidos gera paralisia decisória e problemas para a governabilidade (Ames, 2001), principalmente se ancorado em um sistema partidário pouco institucionalizado e com fracas raízes sociais (Mainwaring, 1998). Para os últimos, a criação de partidos e sua ascensão ao governo pode refletir uma cultura política mais propícia à democracia (Almond & Verba, 1963), pelo aumento do capital social (Putnam, 1993), da participação política e de uma cidadania crítica salutar à qualidade da democracia (Norris, 2009; 2011; 2012; Diamond & Morlino, 2005), na chave responsiva (Dahl, 1972).

Seja qual for a perspectiva, o debate ainda está longe de ser esgotado e abre um leque de oportunidades para a pesquisa. Em todo mundo, observamos uma queda dos índices de associativismo (Putnam, 1995), de confiança nas instituições políticas (Inglehart, 1988; 1999), de identificação partidária mesmos nas democracias ditas modelares (Dalton & Wattemberg, 2000; 2004; 2009), com a migração dos partidos da esfera da organização social (Kirchmeier, 1966) para a dependência do governo (Katz & Mair, 1995; Mair & Katz, 1997). Em outras palavras, houve uma transformação do modelo de partido de massa (Duverger, 1980 [1951]) para o partido *catch-all* (Panebianco, 1995) e, mais contemporaneamente o

¹ Disponível em: <http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/>. Acesso em 12 Dez., 2013

partido cartel (Krouwel, 2011). No Brasil não é diferente. Embora contrário ao ideal do constituinte, os partidos cada vez mais dependem de posições no governo (Paiva & Henrique, 2013) e adotam o modelo da cartelização (Nicolau, 2010b). As instituições democráticas são mal avaliadas (Moisés, 2010) e a identificação partidária é baixa (Paiva & Tarouco, 2011), e com fracas raízes sociais (Lamounier & Meneguello, 1986), o que associado ao sistema partidário altamente fragmentado pode implicar em problemas para a consolidação (Kinzo M. D., 1993) e para a qualidade da democracia (2004).

O Grupo de Pesquisa Multipartidarismo e Qualidade da Democracia organizado em 2013 centrou foco na questão das manifestações sociais que haviam eclodido na década e suas implicações para a qualidade da democracia.. Pacíficas ou violentas, consistentes ou rápidas – (como os *flash mobs*) elas têm ocorrido tanto em regimes autoritários (Primavera Árabe) quanto em regimes considerados modelares (Occupy Wall Street). Já na década anterior, a literatura apontava a migração da participação política de canais tradicionais para novas formas, sem prejuízo da democracia (Norris, 2007). A perspectiva Eastoniana indica que a participação social é benéfica à democracia, desde que organizada e fruto de uma crítica específica às instituições democráticas e mantido o apoio ao regime difusamente (Easton, 1965a; 1965b).

Nesta nova edição, agregam-se novas perspectivas na esteira dos recentes acontecimentos. As eleições de 2014 aprofundaram a fragmentação na Câmara dos Deputados e confirmaram a opção de mais de 60% dos eleitores por uma mulher na presidência. Uma forte crise institucional eclodiu logo após o pleito e acabou por levar ao impeachment da primeira mulher presidente eleita presidente no Brasil, em seu segundo mandato.

Nos Estados Unidos, onde a candidatura de uma mulher à presidência surgiu antes mesmo da extensão do sufrágio, Hillary Clinton, a primeira candidata mulher a disputar a chefia do Executivo por um grande

partido da maior democracia do planeta, acabou não tendo o mesmo sucesso, em uma eleição marcada por forte polêmica e questionamentos sobre a fidedignidade do sistema majoritário à vontade popular e à representação das minorias.

2. Justificativa e Objetivos

Os fatos relatados na seção anterior acabaram por agregar novos objetivos ao grupo. Até que ponto o multipartidarismo podem ser apontados como o principal fomentador da crise de governabilidade brasileira, sendo que o consenso também tem sido difícil em outras democracias chamadas centrais? Até que ponto o sistema proporcional é mais benéfico a eleição de minorias, como as mulheres e os negros, por exemplo? Seria essa “vantagem” importante o bastante para justificar perdas na governabilidade e crises institucionais?

No Brasil as mulheres correspondem a 52% dos eleitores, têm uma representação de cerca de 10%, mas já ocuparam a presidência por duas vezes. Nos Estados Unidos, as mulheres correspondem a 50,8% da população e a representação feminina na Câmara dos Representantes em 2014 era de 19%, mas os norte-americanos nunca tiveram uma mulher na Presidência. Paradoxalmente, situação inversa ocorre no Brasil com relação aos negros, que correspondem a 54% da população brasileira, mas que nunca ocuparam o cargo mais alto do Executivo. Nos EUA, no entanto, os afrodescendentes correspondem a apenas 13,3%, mas um negro ocupou a presidência por duas vezes.

A análise comparada pode ajudar a elucidar o porquê das diferenças e suas consequências para a qualidade da democracia.

3. Metodologia

Em um primeiro momento o grupo pretende fazer uma revisão da bibliografia supracitada assim como novos estudos sobre o fenômeno, em uma abordagem comprehensiva, envolvendo não só cientistas políticos e sociólogos, mas também os chamados *practitioners*, ou seja, os operadores da política.

Em seguida, faz uma análise comparada da representação de gênero e de raça/cor no sistema dos Estados Unidos e do Brasil cotejada pelas diferenças no sistema e nas regras eleitorais.

Em terceiro lugar, lança-se na busca das causas e dos efeitos do multipartidarismo em outros países, particularmente, em uma perspectiva histórica.

4. Cronograma

2017	Revisão da Bibliografia, Análise de Dados
2018	Elaboração de Artigos
2019	Conclusão e Publicação

5. Bibliografia

Abranches, S. (1988). Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, 31(1).

Almond, G., & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park: Sage.

Ames, B. (2001). *The deadlocks of democracy in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan.

Dahl, R. A. (1972). *Poliarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

Dalton, R. J. (2004). *Democratic Challenges Democratic Choices: The erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

Dalton, R. J., & Wattenberg, M. P. (2000). Unthinkable Democracy: Political Change in Advanced Industrial Democracies. Em R. J. Dalton, & M. P. Wattenberg, *Parties without Partisans* (pp. 3-18). New York: Oxford University Press.

- Dalton, R. J., & Wattemberg, M. P. (2009). *Parties without Partisans: Political Changes in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Diamond, L., & Morlino, L. (2005). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Duverger, M. (1980 [1951]). *Os partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Easton, D. (1965a). *Framework for Political Analyses*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Easton, D. (1965b). *A Systems Analysis of Political Life*. NewYork: John Wiley and Sons, Inc.
- Gomes, A. L. (26 de Fev. de 2016). Rebeldes com Causa? Investigando o multipartidarismo e a fragmentação partidária na Câmara dos Deputados sob a Nova Lei Orgânica dos Partidos. *Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Sociologia - UFG*, p. 274p.
- Inglehart, R. (1988). The Renaissance of Political Culture. *82(4)*, pp. 1203-1230.
- Inglehart, R. (1999). Trust, Well-Being and Democracy. Em M. Warren, *Democracy and Trust* (pp. 88-120). Cambridge: Cabridge University Press.
- Katz, R. S., & Mair, P. (January de 1995). Changing Models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel aprty. *Party Politics*, pp. 5 - 28.
- Kinzo, M. D. (1993). *Uma Radiografia do Quadro Partidário*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Kinzo, M. D. (Fev. de 2004). Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pó-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *19(54)*, pp. 23-40.
- Kirchmeier, O. (1966). The Transformation of the Western European Party Systems. Em J. LaPalombara, & M. Weiner, *Political Parties and Political Development* (pp. 177 - 200). Princeton: Princeton University Press.
- Krouwel, A. (2011). Party Models. Em R. S. Katz, & W. Crotty, *The Handbook of Political Parties* (pp. 251 - 269). Londres: Sage Publications Inc.
- Lamounier, B., & Meneguello, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Mainwaring, S. (October de 1998). Rethinking Party Systems Theory in the Third Wave of Democratization; The importance of Party System Institutionalization. *Working Paper #260 - Kellogg Institute*.
- Mair, P., & Katz, R. S. (1997). Party Organization, Party Democracy and the Emergence of the Cartel Party. Em P. Mair, *Party System Change* (pp. 93 - 119). Oxford: Clarence Press.

- Moisés, J. Á. (2010). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: USP.
- Nicolau, J. (2010). Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. Em C. B. Martins, & R. Lessa, *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (pp. 235 - 217). São Paulo: Barcarola - Discurso Editorial.
- Nicolau, J. (2010b). Parties and democracy in Brazil, 1985-2006: moving toward cartelization. Em K. Lawson, & J. Lanzaro, *Political Parties and Democracy: Volume I: The Americas*. Praeger.
- Norris, P. (2007). *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambrigde: Cambridge University Press.
- Norris, P. (7 de oct de 2009). *Critical Citizens Revisited*. Acesso em 2009, disponível em <http://ksghoje.harvard.edu/~pnorris/Books/Critical%Citizens%20Revised.htm>
- Norris, P. (2011). *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2012). *Making Democracy Governance Work*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paiva, D., & Henrique, A. L. (2013). Massificação vs. cartelização dos partidos: a questão da autonomia da organização partidária na legislação brasileira e na Reforma Polítca em 2011. Oporto: CEISAL.
- Paiva, D., & Tarouco, G. d. (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, 426-451.
- Panebianco, A. (1995). *Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial.
- Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Putnam, R. (January de 1995). Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Jorunal of Democracy*, 6, pp. 65-78.